



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ATA DA (170ª) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DIA 28 DE JULHO DE 2008. Aos vinte e oito dias do mês de julho

de dois mil e oito, às dezoito horas e trinta minutos, no Auditório do IPREVILLE, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde, em sua 170ª Assembléia Geral Ordinária.

- 5 Estavam presentes: O Secretário Municipal da Saúde, Dr. Armando Dias Pereira Júnior, Hamilton Augusto do Nascimento, Rita de Cássia Correa, Sandra Regina Medeiros da Silva, Douglas Calheiros Machado, Heloisa Roeder Baumgarten, Tércio Egon Paulo Karsten, Gerson Cipriano, Liamar Michelmann Laffin, José Rodrigues dos Santos Filho, Janaina Martins, Lila Gerusa N. P. Abreu, Nelson Renato Esteves,
- 10 Albertina Valentine Cristofolini, Jeovane Nascimento do Rosário, Martha Abreu Artilheiro, Cátia Guimarães Pereira, Ana Lúcia de Melo, Mario Bruckheimer, Tânia Izabel do Rosário Irala, Antonio Carlos Fernandes Vieira, Sandra Mara Scherpinski, Maury J. do Nascimento Oliveira, Áurea G. dos Reis, Lindomar Spindola de Oliveira, Valdir Vieira Rebello, Luiza de Bastiani, Aline Gassmann de Sousa, Elenice de
- 15 Fátima Correa Krüger, Maria Inês Gonçalves, Luiz José Ladislau da Silva, Valdir Vieira Rebelo, Terezinha Amorim de Castro, Nelson Antonio Souza, Osni Leopoldo Batista, Cléia Aparecida C. Giosole, Edilson Meurer Boing, Belino Bernchenbrock, Ivanir Alievi Vieira, Silvia Furtado Buzzo, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Isolde M. Isolan, Anselmo Silvério, Adelina Izidorio Alves, Valmor João Machado, Ingrid
- 20 Poltronieri, Revelino João Fleith, Angelina Sombrio, seis representantes de conselhos locais de saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, do IELUSC, da Associação dos Ostomizados, da Rede Feminina de Combate ao Cancer e do Hospital Municipal São José. A Pauta estava assim constituída: **1- EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da pauta da reunião. **2- ORDEM DO**
- 25 **DIA: 2.1** Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de Assuntos Externos nº 01/2008 referente à apresentação feita pela Associação dos Médicos Residentes do Hospital Municipal São José em 28.08.06, quanto as dificuldades encontradas naquela instituição, bem como, a falta de recursos para atendimento médico; **2.2**
- 30 **Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de Assuntos Externos nº 02/2008**, quanto as reivindicações feitas pelo Conselho Local de Saúde do Aventureiro em 11.12.2006; **2.3** Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de Assuntos Externos nº 03/2008 quanto a reivindicação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, solicitando apoio do Conselho Municipal de Saúde, no sentido de fazer cumprir o Decreto 5.296 em todas as Unidades de Saúde
- 35 do Município; **2.4** Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de Assuntos Internos nº 13/2008 referente a Revisão do Programa de Ações e Metas DST/HIV/AIDS de 2008; **2.5** Apresentação dos resultados do trabalho científico realizado pela equipe do Dr. Norberto Cabral intitulado: Mudanças na incidência, mortalidade e letalidade por AVC em Joinville – de 1995 à 2006. O Presidente
- 40 cumprimentou e deu boas vindas a todos e após aprovada a pauta da reunião, questionou aos conselheiros se havia alguma inclusão de pauta. Os conselheiros Osni, Hamilton e Mário solicitaram inclusão de pauta. Foi aprovada a inclusão dos três assuntos solicitados: Sr. Osni pediu para substituir o item **2.2** da pauta pelo parecer referente à denúncia feita no Conselho Municipal de Saúde quanto ao caso da Sra. Ângela Astaruthi da Silva. **2.6** Apresentação do Programa “Saúde já” e a
- 45 apresentação do novo Secretário da Saúde, Sr. Armando, e a situação que estava ocorrendo referente a internação de pacientes em hospitais privados. **2.7** Convocação da Empresa que está implantando serviço de saneamento básico no município em reunião do Conselho Municipal de Saúde. **2- ORDEM DO DIA: 2.1**



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



- 50 Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de Assuntos Externos nº 01/2008 referente à apresentação feita pela Associação dos Médicos Residentes do Hospital Municipal São José em 28.08.06, quanto as dificuldades encontradas naquela instituição, bem como, a falta de recursos para atendimento médico. Sr. Osni apresentou o parecer: *“Considerando que até a data de 16.07.08 não houve pronunciamento por parte da Associação dos Médicos Residentes, quanto aos*
- 55 *contatos feitos com os conselheiros Osni Leopoldo Batista e Luiz José Ladislau da Silva, junto aos Doutores Tomio Tomita e Pedro Magalhães, a Comissão de Assuntos Externos sugere o arquivamento do assunto até que a Associação venha a se manifestar novamente”*. Ao colocar o assunto em discussão, a conselheira Cléia
- 60 sugeriu que fosse feita nova convocação aos Residentes e caso não houvesse retorno, fosse arquivado definitivamente. Sr. Osni esclareceu que o assunto já era de 2006, e que a Comissão, em contato com o Coordenador da Residência Médica, Dr. Pedro Magalhães, informou que os residentes já eram outros e que seria verificado com os novos residentes quais eram suas dificuldades. Informou ainda
- 65 que não obteve resposta até o dia 16.07 e que por isso pedia o arquivamento do processo. Conforme Douglas, quando apresentado o assunto em 2006, as queixas eram sérias, mas havia se passado dois anos. Aprovado, por maioria dos conselheiros, o parecer da Comissão de Assuntos Externos para arquivamento definitivo do processo. **2.2** Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de
- 70 Assuntos Externos nº 0/4008, quanto à denúncia feita no Conselho Municipal de Saúde quanto ao caso da Sra. Angela Astaruthi da Silva. Sr. Osni leu o parecer: *“Considerando o lamentável episódio da morte da Sra. Ângela Astaruthi da Silva, ocorrido em 10/07/08, após passar por quatro unidades de saúde do município; considerando que o caso extrapola a competência da Comissão de Assuntos*
- 75 *Externos para investigar o assunto, sugere-se que o caso deva ser encaminhado ao Ministério Público Estadual para a devida apuração dos fatos e da responsabilidade”*. Douglas informou que havia sido criada uma Comissão para avaliar o processo. Sugeriu que fosse acrescentado ao parecer que, após a finalização do processo, a referida Comissão viesse a dar conhecimento ao
- 80 Conselho Municipal de Saúde sobre seu parecer. Sr. Leonardo disse que os pais de Angela estavam ali presentes e que estavam entrando com um processo para reparação do erro. A mãe colocou a situação. Disse que no atestado constava causa por morte desconhecida e que queria saber a verdadeira causa da morte da filha. Jeovane colocou que o caso era lamentável, a causa da morte deveria ser elucidada
- 85 pela Comissão. Estava sendo aberto pelos pais um processo junto à justiça e o Conselho Municipal de Saúde estaria pedindo informações sobre o caso à Secretaria Municipal de Saúde e ao Hospital Municipal São José. Além disso, Comissão de Assuntos Externos do Conselho, em seu parecer, solicitava o encaminhamento do processo ao Ministério Público Estadual para a tomada de providências. Aprovado o parecer da Comissão de Assuntos Externos condicionado a que a Secretaria Municipal de Saúde informasse o resultado da Sindicância ao Conselho Municipal de Saúde. **2.3** Apresentação e aprovação do parecer da
- 90 Comissão de Assuntos Externos nº 03/2008 quanto a reivindicação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, solicitando apoio do Conselho
- 95 Municipal de Saúde, no sentido de fazer cumprir o Decreto 5.296 em todas as Unidades de Saúde do Município. Sr. Osni leu o parecer: *“Considerando as visitas realizadas pela Comissão de Assuntos Externos ao PA 24 horas do Aventureiro, ao Complexo Emergencial Ulysses Guimarães e a nova sede da Regional Floresta para*



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



Conselho
Municipal
de Saúde

100 averiguar o cumprimento do Decreto 5.296 do Ministério da Saúde, que trata da
acessibilidade; o contato mantido com o Engº Bruno José Steinwsdter, proprietário
da Construtora Planecon de São José, e que, segundo ele, já fez outras obras para
o Ministério da Saúde, o qual tem conhecimento do Decreto 5.296; a visita feita ao
PA 24 horas do Aventureiro foi constatado que o prédio é de um pavimento,
105 construído totalmente sem degraus, terá dois banheiros para deficientes, porém não
estão prontos, que o acesso à Unidade será feito pela Rua Mafalda Laurindo, no
estacionamento já foi feita a rampa de acesso para cadeirante e que a obra deverá
ser inaugurada em setembro; Sugere-se uma visita, previamente à inauguração
daquela Unidade de Saúde, para fiscalização de banheiros e identificadores visuais.
Considerando a visita às obras da nova sede da Regional Floresta, constatou-se
110 que a questão da acessibilidade está contemplada: o pátio é inclinado com rampa
de acesso; será construído identificador visual para cadeirante no estacionamento;
está prevista a construção de sanitários para deficientes. Sendo assim, a obra está
de acordo com o Decreto 5.296. Considerando a visita às obras ao Complexo
Ulysses Guimarães, conforme contato com o Sr. Arleno, engenheiro responsável
115 pela obra, foi constatado que há acessibilidade com rampa ampla do pátio externo
para o 1º piso e há rampas nos demais pisos. Há sanitários para deficientes em
todos os andares; faltam identificadores visuais no pátio de acesso e guia na
calçada para deficientes visuais; a existência de Unidades de PSFs alugadas ou em
prédios com piso superior, dificultando o acesso de pessoas deficientes e idosos;
120 sugere-se a construção de rampas nestes locais (PSF Boemerwaldt II e PSF Itinga
Continental) e/ou estudos para a construção de prédios próprios, térreos,
horizontais”. Aberta a palavra aos conselheiros, Sr. Antonio sugeriu a inclusão no
parecer “em todas as Unidades de Saúde do município”. O parecer foi aprovado. 2.4
Apresentação e aprovação do parecer da Comissão de Assuntos Internos nº
125 13/2008 referente a Revisão do Programa de Ações e Metas DST/HIV/AIDS de
2008. Sr. Hamilton leu o parecer. “Considerando que o material apresentado na
reunião do Conselho Municipal de Saúde de 30.06.08 e, analisado posteriormente,
pela Comissão de Assuntos Internos houve necessidade de esclarecimentos por
parte da Gerência de Unidade de Vigilância em Saúde; considerando que a
130 aquisição de passagens aéreas e estadias no valor de R\$ 15.000,00, oportuniza aos
funcionários a participarem de Congressos e Seminários de atualização que
geralmente acontece fora do Estado; considerando que o Ministério da Saúde
recomenda que seja utilizado os recursos via PAM para participação dos técnicos
envolvidos; considerando que ainda não houve a contratação de técnico contábil de
135 nível superior, técnico administrativo de nível médio, no valor de R\$ 13.600,00, para
auxiliar no gerenciamento financeiro do PAM, por motivo da não aprovação pelo
Conselho Municipal de Saúde até o momento; considerando que no item gestão,
desenvolvimento humano e institucional, no valor de R\$ 280.064,24, existe a
necessidade de aumentar o número de exames CD4 e CD8 de 600 para 1.200
140 exames mês, requerendo adaptação da área física para a troca do aparelho;
considerando a necessidade de aquisição de fórmulas nutricionais infantil, para
crianças que não podem ser amamentadas, sugerimos aprovação da revisão do
PAM 2008 DST/HIV/AIDS”. As conselheiras Ester e Cléia solicitaram
esclarecimentos. Com relação a verba “aquisição de vale transporte”, segundo D.
145 Ester, esta verba foi retirada. Informou que em contato com o Ministério da Saúde e
com o Fundo Nacional de Saúde, a verba não foi retirada. Perguntou onde estava a
verba. Cristina, Coordenadora do Programa DST/HIV/AIDS, esclareceu que teve



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



algumas notícias diferentes com relação a aquisição do vale transporte. Disse que anteriormente, a aquisição de vale transporte ficaria a cargo da Secretaria de Bem
150 Estar Social, por não ser uma atividade propriamente da saúde. Em contato com a Secretaria Estadual de Saúde, foram informados de que através da deliberação nº 036/CIB/08, ficou autorizada a aquisição do vale transporte. Tomaram conhecimento dentro do Programa de AIDS, um quantitativo de três mil vales-transportes para atendimento das atividades do Plano de Ações e Metas já programadas. Cléia fez
155 dois questionamentos: Conforme dito pela Coordenadora Cristina, foi uma deliberação da CIB- Comissão Intergestores Bipartite. Questionou se a CIB era consultiva ou deliberativa e como seriam contratados os profissionais. Cristina colocou que o documento que possuía era de deliberação. Quanto ao questionamento da conselheira, Cristina disse que a empresa tercerizada que vinha
160 realizando a administração do PAM era de consultoria, era uma contratação, através de processo licitatório. O conselheiro Tércio informou que era conselheiro estadual e que gostaria de ter uma cópia da deliberação. Ao colocar em aprovação o parecer da Comissão de Assuntos Internos, este foi aprovado com a inclusão da aquisição de vale transporte. Como Dr. Cabral ainda não estava presente, deu-se início à
165 apresentação do Programa “Saúde Já”. **2.5 Apresentação do Programa “Saúde já”,** a apresentação do novo Secretário da Saúde, Sr. Armando e a situação que estava ocorrendo referente a internação de pacientes em hospitais privados. Sr. Hamilton disse que trouxe um material de uma ação que já havia iniciado, o “Programa Saúde já”, que era a complementação do atendimento de cinco especialidades médicas com demanda reprimida. Colocou que em 02 de julho foi aberto um Edital de
170 chamamento público para credenciamento de prestadores de serviços especializados em consultas/exames/procedimentos nº 01/2008, para pessoas físicas e jurídicas, com um período de habilitação de 12 meses. Mostrou a proposta inicial com o quantitativo de consultas nas especialidades de oftalmologia, neurologia, dermatologia, cardiologia e ortopedia, com o valor da tabela do SUS (R\$ 10,00) e mais uma complementação (R\$ 18,00) com recursos próprios do município, totalizando R\$ 28,00. Mostrou o quantitativo de cirurgias a serem realizadas, seus respectivos valores e mais um complemento de R\$ 150,00. Disse que o objetivo do Programa “Saúde Já” é atender o usuário na sua totalidade, com início, meio e fim.
180 Mostrou ainda os exames, seu quantitativo, o valor de cada um e o valor do complemento. Colocou que o Programa havia iniciado no dia 17 de julho. Apresentou o número de atendimentos realizados ou agendados e os respectivos locais onde estavam ocorrendo. Sr. Hamilton se colocou a disposição dos conselheiros. Janine perguntou quais eram as vias utilizadas para o incremento dos valores. Existem algumas especialidades que não é possível esperar. Sr. Hamilton
185 informou que a primeira ação foi tentar contratar mais profissionais, mas não existe no mercado. Colocou que uma ação como esta que está sendo promovida, o custo é muito alto. O chamamento foi para 12 meses e caso houvesse necessidade, seria preciso manter a ação, completou Hamilton. Disse ainda que acontecem algumas faltas, mas os pacientes são avisados com cinco dias de antecedência. “A ação física tem que andar com o financeiro”. Rita perguntou quem eram os profissionais e os prestadores de serviço. Sr. Hamilton citou alguns nomes e se dispôs a informar através de um relatório. Rita perguntou qual era a capacidade instalada. Segundo Sr. Hamilton era de 24 a 25 mil consultas/mês e as especialidades chegavam a 51
190 mil consultas. Colocou que as Coordenadoras das Unidades eram o elo de comunicação, tinham a flexibilidade de colocar os casos mais graves. Sr. José



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



Rodrigues questionou se este procedimento daria prioridade àquelas pessoas que estão esperando há mais tempo. Estavam sendo atendidos aqueles que estão na fila de espera e os casos graves, completou Sr. Hamilton. Sr. Valmor observou o valor da vitrectomia anterior. Trata-se de vitrectomia posterior, não anterior, disse Sr. Hamilton. A iniciativa é louvável, disse Sr. Martins. Como ficam os registros do paciente em seu prontuário, a conduta de atendimento é informada ao médico do Posto, questionou Sra. Cátia. Segundo Sr. Hamilton, os prontuários estão na Atenção Básica e as Coordenadoras da Unidade de Saúde estão sabendo que aquele paciente está saindo do domínio deles, mas que depois voltam. Os pacientes com atendimento nas especialidades de cardiologia e neurologia, que não requer tecnologia e podem ser atendidos em consultório comum, as consultas serão realizadas nas Unidades de Saúde, esclareceu à Dra. Martha. A conselheira sugeriu que fosse exigido do profissional que faz o atendimento que junto à consulta deve haver a contra-referência. Cléia questionou como seria controlada a demanda. Seria atendido prioritariamente o paciente que está na fila ou o paciente grave. Os dois serão contemplados, mas em caso de surgir um paciente grave, este será atendido, completou Hamilton. Pediu para passar a palavra para o Dr. Armando, atual Secretário da Saúde do município. Jeovane agradeceu a presença do Dr. Armando e a presença do Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Sr. Iran. Dr. Armando se apresentou e colocou-se a disposição dos conselheiros. Disse que estava preocupado com algumas situações que vinham ocorrendo. Colocou que após o fechamento do Hospital Regional, pela falta de médicos nas especialidades de cardiologia e pediatria, houve uma demanda muito grande nos Pronto Atendimentos, de 800 consultas/dia, passaram a 1.300. Com o aumento desta demanda, os pacientes graves necessitam de atendimento, disse. Relatou que no dia 12 de julho haviam duas crianças no PA Sul para serem encaminhadas para o Hospital Regional e foram informados de que não havia vaga. Dr. Armando então, autorizou a internação das duas crianças na UNIMED. Como havia somente uma vaga na UNIMED, a outra criança foi para o Hospital D. Helena. Uma das crianças tinha 24 dias de vida e estava com uma bronquiolite grave e a outra, de 2 anos com um problema no coração e uma pneumonia grave. Colocou que não estavam conseguindo fazer internação no Hospital Regional e no Hospital Materno Infantil estavam tomando outras providências. Sua preocupação era com estas internações, que não eram particulares, mas seriam cobradas de acordo com uma tabela menor do que aquelas cobradas de convênios, porém não eram tabela SUS. Além dos Hospitais, colocou que o SAMU também estava passando por dificuldades. Trouxe ao conhecimento do Conselho para verificar como poderia ser resolvida esta questão, pois a situação estava se agravando a cada dia. O Presidente sugeriu uma reunião extraordinária do Conselho no dia 11.08.08, com o Hospital Regional, com o SAMU, a 23ª Gerência de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde, a Maternidade Darcy Vargas, e o Hospital Infantil, proposta esta aprovada por maioria dos conselheiros presentes. **2.6 Apresentação dos resultados do trabalho científico realizado pela equipe do Dr. Norberto Cabral intitulado: Mudanças na incidência, mortalidade e letalidade por AVC em Joinville – de 1995 à 2006.** Dr. Cabral iniciou a apresentação mostrando a definição de incidência, mortalidade e letalidade. Questionou aos conselheiros quantas pessoas morrem durante o ano no globo. Segundo Dr. Cabral estimando a população em torno de 6,5 bilhões de habitantes, 1% morre anualmente. Com relação ao AVC, colocou que de 1% das mortes, 10% morre de AVC por ano. Informou o quantitativo de mortes por AVC em



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



2005. Disse que com a expectativa de vida aumentando, aumenta o número de casos de morte por AVC. Disse que a população de Joinville acima de 75 anos, aumentou 40%. No Brasil, considerando a população, a primeira causa de óbito é o derrame. Um dos métodos que o mundo desenvolvido utiliza para diagnósticos confiáveis para planejamento de saúde são as doenças cardiovasculares, cancer e causas externas. AVC é a 2ª maior causa de morte no mundo e 1ª no Brasil. Mostrou estudos populacionais feitos em Salvador, Joinville e Matão sobre incidência e letalidade. Colocou que teve o apoio da Sra. Tânia Maria Eberhardt, Secretária da Saúde e do Dr. Renato Castro, Diretor do Hospital São José, para fazer o estudo em Joinville. Mostrou a metodologia do estudo realizado e como foi a coleta de dados e os resultados obtidos quanto a incidência e a mortalidade. Observou que caiu o número de casos novos, a incidência passou a aparecer mais tardiamente. Apresentou o percentual de queda da incidência, mortalidade e letalidade. Solicitou a ajuda do Conselho para dar continuidade ao projeto. Mostrou a incidência de AVC por Regional. Mostrou como fazer a prevenção primária, verificando como está a taxa de diabetes, a pressão arterial, se tabagista, angina, se tomam remédio para pressão etc. Disse que a taxa de mortalidade estava caindo no mundo inteiro. Por que melhorou a incidência em Joinville? Porque melhorou a IDH (educação, longevidade e renda). Aumentou 75% o número de Unidades de Saúde em 10 anos. Na Inglaterra baixou o número de casos de AVC em 10 anos, devido o tabaco. Apresentou a letalidade em 30 dias por sub-título de AVC em diferentes estudos de base populacional. Como reduzir o impacto de AVC em 1/3, questionou Dr. Cabral. 1- Parar de fumar; 2- iniciar atividade física; 3- prevenir embolia pulmonar; 4- tratar adequadamente a hipertensão. Dr. Cabral disse que estava ali porque, devido a questões políticas, haviam encerrado o contrato de duas enfermeiras com dedicação exclusiva. Antes de iniciar os questionamentos dos conselheiros, Douglas esclareceu que chamou Dr. Cabral por dois motivos: 1- para realizar ações para promoção de saúde, direcionadas a atividades como: reduzir o consumo de cigarro, cuidado com a saúde do diabético, exercício físico. Caso contrário, o Conselho de Saúde teria que, durante muitos anos, estar brigando por consultas e exames; 2- A pesquisa na qual o Dr. Cabral tem feito é com dinheiro público e a Secretaria Municipal de Saúde estava participando, até então, com a contratação de duas enfermeiras, colocou Douglas. Cléia, como representante do Conselho no Comitê de Ética da UNIVILLE, disse que vê muitas pesquisas e projetos sendo autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde. Colocou que Dr. Cabral queria dar continuidade ao seu projeto, uma forma de oferecer maior qualidade de vida aos munícipes e, por outro lado, a Prefeitura autorizava a implantação de uma empresa de tabaco. Dr. Tércio sugeriu ao Dr. Cabral que fizesse um estudo financeiro das necessidades para a continuidade do projeto para a análise da Comissão de Assuntos Internos do Conselho. Dr. Cabral informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética de todos os Hospitais, da UNIVILLE e da USP. Disse que necessitava de duas enfermeiras para dar continuidade ao projeto. Sr. Lindomar colocou que seu questionamento era o mesmo da conselheira Cléia. Investe-se muito em saúde e, por outro lado, é autorizada a instalação de uma empresa de tabaco no meio de um polo industrial, num bairro. O que nós, conselheiros de saúde, estamos fazendo para amenizar a situação. O Presidente agradeceu a presença do Dr. Cabral e dos conselheiros. Colocou em aprovação o encaminhamento do projeto para análise da Comissão de Assuntos Internos, juntamente com seu custo e apresentação do parecer da Comissão na próxima



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



295 reunião do Conselho, dia 25.08.08, o qual foi aprovado. Antes de dar por encerrada
a reunião, o Presidente apresentou os novos conselheiros municipais,
representantes da AMA – Associação do Amigo do Autista, Sra. Elenice de Fátima
C. Krüger e Sra. Janine Aguiar Barros de Oliveira. Informou ainda sobre o 2º
300 Encontro da construção civil, nos dias 1º e 2 de agosto, às 18:30 horas, na
ACOMAC. A leitura dos informes ficaria para a próxima reunião e lembrou a todos
da reunião extraordinária de 11 de agosto. Nada mais havendo a tratar, deu-se por
encerrada a reunião, da qual, eu, Marly R. Wesling, lavrei a presente Ata que vai
por todos assinada.

305

310

315

320

325

330

335